

# Queimadas e desmatamento (1)

PHILIP M. FEARNSIDE

INPA

Apesar de um mito poderoso de que o desmatamento na Amazônia esteja sob controle, isto continua a ser um dos maiores problemas ambientais no Brasil e no mundo. O desmatamento na Amazônia destrói as oportunidades para uso sustentável da floresta, sobretudo o aproveitamento dos serviços ambientais, tais com, manter a biodiversidade, evitar o efeito estufa e suprir chuvas para todo o Brasil.

As queimadas fazem parte do processo de desmatamento, mas a queimada não é a mesma coisa que o desmatamento. Além de queimar florestas tropicais derrubadas (i.e. desmatamento), fogo também é usado em capoeiras roçadas, em savanas naturais tais como o cerrado e nas pastagens que dominam a paisagem nas partes já desmatadas da região. Estimativas confiáveis do desmatamento não podem ser feitas a partir do número de incêndios nem usando de estimativas das áreas queimadas num único momento no tempo obtidas com sensores em satélites que registram o calor emitido diretamente pelos fogos. Para estimativas de taxa de desmatamento não há como escapar do método mais caro e demorado de comparar imagens de dois anos diferentes utilizando um sensor (por exemplo o mapeador térmico do satélite Landsat) que registra a luz do sol refletida do chão nas áreas desmatadas. Infelizmente, as informações mais recentes publicamente disponíveis deste tipo são para 1991. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já interpretou e verificou os dados para 1992, porém, de acordo com uma palestra pública apresentada pela chefia do Departamento de Sensoriamento Remoto do Inpe num congresso em Manaus em abril do corrente ano, estas informações não têm sido liberadas porque o Diretor do Inpe está sendo "pressionado".

Sabemos que a taxa de desmatamento na Amazônia Legal como um todo diminuiu significativamente entre 1987 e 1991. A taxa anual de 11,1 mil km<sup>2</sup> em

1991 foi apenas a metade da média anual de 20.3 mil km<sup>2</sup> entre 1978 e 1988. Nunca deve ser esquecido, no entanto, que a taxa mais baixa de 11,1 mil km<sup>2</sup> por ano ainda é uma área enorme destruída a cada ano, praticamente todo para usos insustentáveis tais como pastagens e que traz muito pouco benefício à população da região. A taxa anual de 11,1 mil km<sup>2</sup>, ou 1,1 milhão de hectares (ha), representa uma média de mais de 3 mil ha por dia, ou mais de 2 ha por minuto.

Diminuição das taxas de desmatamento entre 1987 e 1991 não representa uma tendência que possa ser extrapolada para o futuro até que o problema de desmatamento simplesmente desapareça, como alguns oficiais do governo têm alegado. As taxas mais baixas são explicadas principalmente pelo agravamento da crise econômica brasileira ao longo deste período. Fazendeiros simplesmente não têm dinheiro para investir em aumentar os seus desmatamentos no ritmo que eles seguiram no passado. Uma mudança na política sobre concessão de incentivos fiscais, embora importante e necessária, não explica o declínio: o decreto (nº 151) que suspende a aprovação de incentivos foi emitido em 25 de junho de 1991, que era depois que quase todo o declínio observado em taxas de desmatamento já tinha acontecido.

Não apenas o passado mas também o efeito futuro potencial do decreto sobre incentivos é menor que muitos acreditam. O decreto é uma modificação de um decreto anterior (nº 101 de 17 de abril de 1991, que regulamenta a Lei nº 8.167 de 16 de janeiro de 1991), e apenas abrange os incentivos que eram incluídos no decreto anterior (i.e. apenas novos incentivos). Os muitos projetos com incentivos já aprovados são mais importantes do que os poucos novos que seriam acrescentados à lista a cada ano que passa.

A suma importância da recessão econômica significa que as taxas de desmatamento podem aumentar

de novo quando a economia brasileira recuperar, a não ser que o governo tome medidas agora para remover os motivos subjacentes do desmatamento. Isto precisa ser feito baseado num entendimento realístico de quem está cortando a floresta.

A idéia de que o desmatamento é resultado de camponeses pobres de cortar a floresta para se alimentar é promovida por políticos na Amazônia para justificar as suas alegações de que qualquer um que sugere que o desmatamento é nocivo é "contra o povo". Oficiais do governo central também começaram a culpar os pobres pelo desmatamento, usando o argumento errôneo de que a atividade dos grandes fazendeiros tem sido controlada pela suspensão dos incentivos, e, portanto, a derrubada que continua é a obra dos pequenos agricultores. Na realidade, os custos sociais de reduzir a taxa bastante seria muito menor do que é sugerido por aqueles que culpam a pobreza pelo desmatamento.

A distribuição do desmatamento de 1991 entre os nove estados da região indica que a maioria da atividade é em estados dominados por fazendeiros: o estado de Mato Grosso sozinho representa 26% do total de 11,1 mil km<sup>2</sup>. Mato Grosso tem o maior percentual das suas terras privadas em fazendas de 1.000 ha ou mais: 84% na época do censo agropecuário em 1985. Em contraste, Rondônia, que é um estado que se tornou famoso pelo desmatamento por pequenos colonos, tinha apenas 10% do total de desmatamento feito em 1991, e o Acre tinha 3%. O número de propriedades em cada classe de tamanho explica 74% da variância nas taxas de desmatamento ao nível estadual. Os pequenos agricultores (com menos de 100 ha de terra) representam em torno de 30% da atividade de desmatamento, com os outros 70% sendo feitos por fazendeiros médios ou grandes.

Pesquisador titular do Departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas de Amazônia